

ATA N.º 3

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, pelas quinze horas e trinta minutos, no Edifício Sede da Freguesia de Lousã e Vilarinho, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 – Discussão e votação das Opções do Plano, da proposta de Orçamento e Mapa de Pessoal dos serviços da freguesia para o ano económico de 2014, sob proposta do executivo.
- 3 – Discussão e votação do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestações de Serviços pela Junta de Freguesia para o ano de 2014, sob proposta do executivo.
- 4 – Verificação da conformidade dos requisitos para o exercício de funções a tempo inteiro.
- 5 – Autorização de revalidação de conta negócio cujo valor se fixa em 10.000,00€ (dez mil euros).

Foi aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, Carlos Santos, que cumprimentou os presentes. Feita a chamada, verificou-se a ausência não justificada de Elisa Estanislau (PSD).

Não se registando a presenta de Público, o Presidente da Assembleia passou de imediato ao período antes da Ordem de Trabalhos, submetendo à votação a Ata número dois de dois mil e treze, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente pediu a palavra:

Da bancada do PSD, Carlos Soares.

Carlos Soares pediu informações sobre a situação da nova escola, sobre as novas instalações de Saúde e sobre a estrada D. Manuel I, nomeadamente a nível da intervenção de passeios e iluminação.

António Marçal, presidente da freguesia de Lousã e Vilarinho, usando a palavra, começou por saudar os presentes, desejando boas festas. Em resposta a Carlos Soares, informou que as obras da nova escola se encontram a decorrer a bom ritmo e que a entrada em funcionamento da mesma será feita em consonância com o novo projeto educativo concelhio. Relativamente às novas instalações de Saúde, a abertura dependerá da ARS Centro/Governo, dado que da parte da Câmara Municipal todos os compromissos assumidos já se encontram concluídos. A terminar, informou que as

intervenções na rua D. Manuel I se encontram a ser efetuadas de forma gradual e de acordo com o plano definido para aquela área.

Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém pediu a palavra.

António Marçal começa por referir os graves problemas em termos administrativos decorrentes da agregação de freguesias, nomeadamente a gestão dos sistemas informáticos. Destacou igualmente as diversas limpezas efetuadas na freguesia, nomeadamente os cuidados redobrados com atuações preventivas devido às últimas intempéries. O presidente da Junta referiu ainda as diversas reuniões tidas com o Presidente da Câmara e restantes Presidentes de Junta para a definição das novas competências no âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação das Opções do Plano, da proposta de Orçamento e Mapa de Pessoal dos serviços da freguesia para o ano económico de 2014, sob proposta do Executivo.

António Marçal efetuou uma breve explicação dos documentos, explanando as dificuldades na elaboração dos mesmos, particularmente devido à nova lei e inúmeras indefinições que dela decorrem.

Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, inscreveram-se:
Da bancada do PS, Mário Fontes e Ana Sêco.

Mário Fontes questionou o Executivo sobre possíveis intervenções no lugar de Vale de Maceira.

António Marçal informou que no documento não estão inumeradas todas as obras e necessidades de cada lugar, contudo o Executivo conhece a realidade e está atento às necessidades das populações. Relativamente à questão específica de Vale de Maceira, informou que se encontra em curso uma obra estruturante – Instalação de Saneamento – que levará a uma melhoria significativa da qualidade de vida dos residentes neste lugar. Referiu ainda que esta intervenção contempla a melhoria das vias de acesso aos diversos lugares onde a obra decorre.

Ana Sêco, usando da palavra, inquiriu sobre o papel do Executivo na obra referente à aplicação de tubagem para escoamento de águas pluviais no parque de estacionamento da igreja paroquial, dado que ela foi aprovada pelo Executivo da Junta de Freguesia de Vilarinho e seria realizada pelos serviços da Câmara Municipal da Lousã. Relativamente ao Orçamento da Despesa, pediu esclarecimentos sobre os valores atribuídos aos códigos 02 02 01 (eletricidade) e 02 02 09 (comunicações), com o montante de cinco mil euros cada, e o código 02 02 04 (locação de edifícios), com o valor de sete mil euros.

António Marçal, em resposta, referiu que as obras serão efetuadas de acordo com os contratos assinados com a Câmara Municipal. No que concerne aos custos com as

comunicações e eletricidade, o presidente informou que o valor atribuído a cada uma das rubricas está em consonância com as despesas previstas, dado que todos as equipas têm acesso a comunicações móveis. Mencionou ainda a necessidade de intervenções em diversos edifícios, nomeadamente no edifício sede de Freguesia.

Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por maioria, com duas abstenções.

Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestações de Serviços pela Junta de Freguesia para o ano de 2014, sob proposta do Executivo.

O presidente da Junta, **António Marçal**, salientou que a principal alteração à tabela de taxas se prende com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que fez com que as responsabilidades das juntas fossem maiores, nomeadamente com a passagem da emissão da licença especial de ruído para estas entidades.

Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, inscreveram-se:

Da bancada do PSD, Hélder Lourenço.

Da bancada do PS, João Santos.

Hélder Lourenço referiu que, na sua opinião, esta licença deveria ser da responsabilidade da Câmara Municipal, uma vez que possui técnicos credenciados para o efeito.

João Santos referiu que a licença especial de ruído é das licenças mais ingratas de se emitir, dado que terão que ser sempre analisadas duas variáveis: em primeiro, a festividade e a tradição da mesma e, em segundo, o direito ao descanso dos residentes nas zonas em festa.

Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por maioria, com três abstenções (uma do PS e duas do PSD).

Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, verificação da conformidade dos requisitos para o exercício de funções a tempo inteiro. A Assembleia verificou a conformidade dos requisitos.

Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos, autorização de revalidação de conta negócio cujo valor se fixa em 10.000,00€ (dez mil euros).

António Marçal explicou que se trata de uma “conta negócio” que tem como objetivo fazer face aos atrasos das transferências das receitas da Junta de Freguesia.

Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Por proposta do Presidente da Assembleia, foi dado um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar, com a redação que entender como mais conveniente, a Ata em minuta. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa

(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário

(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária

(Ana Filipa Rodrigues Sêco)